



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UM ESTUDO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS NORDESTINAS

José Rafael Cerqueira Gomes¹; Rayany Kétely Damasceno Sales Silva²; Edmara de Castro Pinto³;

¹Graduando em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr; rafael.cerqueira@ufdpar.edu.br; ²Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr; rayanedamasceno02@gmail.com; ³Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr; edmara@ufdpar.edu.br;

RESUMO

A educação inclusiva é exercida no âmbito escolar por intermédio do confronto das adversidades encontradas, sendo efetiva pela existência de um currículo que aborda o debate da inclusão em suas disciplinas. Nesse sentido, este artigo teve como objetivo analisar os currículos dos cursos de licenciatura em ciências biológicas nas universidades federais do Nordeste, no que se refere ao cumprimento de oferta de disciplinas de educação inclusiva. Alguns autores que subsidiaram os estudos foram: Freire (2008); Rocha (2017), Neto (2018), dentre outros. Assim, o levantamento consistiu na apuração da quantidade de municípios de cada unidade federativa do Nordeste brasileiro, a quantidade de universidades federais de cada Estado, e em seguida foi consultado individualmente os perfis oficiais de cada instituição. Como metodologia, procedeu o levantamento de 19 universidades com o curso de licenciatura em ciências biológicas, distribuídas em 25 *campi*, onde no currículo de cada uma consta pelo menos uma disciplina inclusiva em sua grade curricular. Alguns resultados encontrados neste estudo nos mostram grades compostas majoritariamente de disciplinas que tratam da educação de surdos, detectando a discrepância em detrimento das demais áreas de inclusão a serem trabalhadas dentro de sala de aula, e a tardia disponibilidade dessas disciplinas na grade curricular.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino de biologia; Currículo;

Eixo temático: Educação Inclusiva em Ciências e Biologia - Diversidade de abordagens (religiosidade, gênero, necessidades especiais, mulheres, raça).

INCLUSIVE EDUCATION IN THE CURRICULA OF BIOLOGICAL SCIENCES DEGREE COURSE: A STUDY BASED ON NORTHEASTERN FEDERAL PUBLIC INSTITUTIONS



ABSTRACT

Inclusive education is practiced in schools by addressing the adversities encountered, being effective through the presence of a curriculum that incorporates the discussion of inclusion within its subjects. In this context, this article aimed to analyze the curricula of biological sciences graduate courses at federal universities in the Northeast of Brazil, concerning the availability of inclusive education courses they have. Some of the authors supporting the study were: Freire (2008), Rocha (2017) and Neto (2018), among others. Thus, the survey consisted of determining the number of municipalities in each federative unit of the Brazilian Northeast, the number of federal universities in each State, and subsequently, individually consulting the official profiles of each institution. As a methodology, the study identified 19 universities offering biological sciences graduate courses, distributed across 25 *campi*, where the curriculum of each included at least one inclusive subject in its course offerings. Some results of this study reveal curricula predominantly composed of courses addressing the education of the deaf, highlighting a disparity to the detriment of other areas of inclusion to be addressed in the classroom, as well as the late availability of these subjects in the curriculum.

Keywords: Inclusion; Biology teaching; Curriculum;

INTRODUÇÃO

No contexto atual da sociedade brasileira, a educação inclusiva é garantida principalmente pela lei fundamental que estabelece os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, a Constituição Federal de 1988, que no Artigo 205 estabelece a educação como um direito para todos em favor do exercício da cidadania. E em seu Artigo 208 Inciso III determina “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O direito à educação de pessoas com necessidades especiais se ampara diretamente nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 1996, no Artigo 58 estabelece, na modalidade de educação inclusiva, para pessoas com deficiências de transtornos globais de desenvolvimento e superdotação, nas escolas de ensino regular, serviços especializados, quando necessário. Já em seu Artigo 59 determina que “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

Mas para que isso seja consistente e efetiva, é necessário que os professores atuantes e os futuros professores tenham tido contato com debates sobre a heterogeneidade nas salas de aulas e instruções de condutas que é desenvolvida em disciplinas que tratam de educação inclusiva, onde estas devem ser detectadas nas grades curriculares dos cursos das instituições de ensino, estabelecidas antecipadamente no Projeto Político Pedagógico (PPP), de cada instituição. “O currículo pode ser compreendido como o limiar do que deve ser trabalhado em ambientes educativos. Os profissionais de cada ambiente têm o encargo de construir e reconstruir, ao longo do tempo, um currículo que se adeque às suas necessidades” (Rocha-Oliveira, Dias e Siqueira, 2019, p. 235). E isso é reforçado na LDB no Artigo 62, que dispõe:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 2006).

“A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos” (Freire, 2008, p. 5). Apesar de o foco principal do trabalho ser a inclusão voltada para educação, é impossível pensar em inclusão sem pensar nas políticas que propiciam o seu acontecimento. Estamos inseridos em uma sociedade que culturalmente e historicamente não sabe lidar com as diferenças. As políticas públicas desbravam caminhos que, em primeira instância, dispõe da obrigatoriedade da inclusão em seus âmbitos sociais. Essas políticas são implementadas mediante as manifestações sociais pelo descontentamento de não abrangência da necessidade da população. Por isso é de grande importância que aconteçam debates voltados para inclusão de pessoas com necessidades especiais, e que esses debates ocorram principalmente em ambientes de formação, como nos cursos de licenciatura.

Para Neto *et al.* (2018, p.82) é necessário que ocorra uma reformulação no sistema educacional que possibilitem o desenvolvimento de políticas educacionais que atendam a educação inclusiva, que historicamente, carrega com si uma educação tradicional e que é primordialmente beneficente para crianças nos padrões de normalidade.



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

Não é novidade que o ensino, apesar de significativas mudanças, ainda é submetido a uma educação tradicional. Para o ensino das ciências biológicas isso não é diferente, o que propicia uma dificuldade na aprendizagem. Foi constatado por Fagundes e Gonzalez (2006) que o ensino de biologia nas escolas tem sido fundamentado majoritariamente na exposição do conteúdo a ser desenvolvido durante o período letivo, baseando-se no livro didático público e a documentários igualmente expositivos em vídeo, sem o desenvolvimento de atividades de cunho prático. Ademais, após dada a devida importância por parte dos professores a essas práticas ativas, notou-se o conhecimento e empenho desses profissionais para a melhoria do ensino de ciências no Brasil.

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem (De Oliveira Rocha, 2017, p. 1).

Com essas premissas, é de se questionar como o ensino, mesmo com desempenho de profissionais para melhorá-lo, pode ser inclusivo para pessoas com necessidades especiais se é dificultoso até para pessoas que não possuem determinadas necessidades? E de que forma as instituições de ensino superior federais do Nordeste incorporam as disciplinas que tratam da inclusão de pessoas com necessidades especiais nos seus currículos?

O levantamento é importante para entender como as universidades federais da região Nordeste estão preparando futuros professores para lidar com a heterogeneidade das salas de aula, com base na grade curricular inclusiva. A formação inclusiva de futuros professores, principalmente das áreas das ciências onde tem-se pouco incentivo para as pessoas com necessidades especiais é importante para promover uma educação igualitária e integração social através de ambientes inclusivos. Por isso é importante investigar se as universidades federais da região Nordeste estão incorporando a educação inclusiva de maneira consistente e efetiva, garantindo que os futuros professores de ciências biológicas possam lidar adequadamente com a diversidade na sala de aula.



Por isso os objetivos deste trabalho incluem analisar os currículos dos cursos de licenciatura em ciências biológicas das universidades federais do Nordeste no que se refere ao cumprimento de oferta de disciplinas da educação inclusiva, situar quantas e quais instituições possuem disciplinas relacionadas com educação inclusiva para seu currículo no curso citado, identificar como se organiza o processo de inclusão de disciplinas presentes nas respectivas grades curriculares que promovem a inclusão escolar, e quais são os temas que elas abordam nas grades.

METODOLOGIA

LEVANTAMENTO DOS MUNICÍPIOS, DAS UNIVERSIDADES E DOS *CAMPI*

Foi usada neste trabalho uma metodologia padrão de levantamento, que consistiu basicamente na apuração de dados numéricos da quantidade de municípios que cada unidade federativa do Nordeste brasileiro possui, usando como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para alcançar esse objetivo. Logo após, foi consultado no *site* do Ministério da Educação a quantidade e siglas das universidades federais de cada Estado nordestino.

Em seguida foi consultado individualmente os perfis oficiais de cada universidade a fim de saber quais contavam com a presença ou ausência de cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas de modo a atender os critérios de inclusão pré estabelecidos para os currículos a serem analisados criteriosamente após a seleção dos *campi*.

TRIAGEM DOS RESULTADOS ENCONTRADOS COM OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO

Feito o levantamento da presença do referido curso, seus respectivos currículos passaram por uma triagem que teve como parâmetros os seguintes critérios de inclusão e exclusão: foram incluídos apenas os currículos atualizados mais recentes e em vigor, evidenciando seu ano de implementação; apenas de cursos propriamente listados como “Ciências biológicas” na modalidade de licenciatura; apenas universidades federais

participaram do levantamento; apenas disciplinas exclusivas de inclusão foram contabilizadas neste estudo, sejam elas obrigatórias ou de cunho eletivo.

Portanto, foram excluídos desse trabalho e não somaram ao levantamento: Institutos federais, bem como seus respectivos currículos; cursos que não se adequam ao caráter de "Ciências biológicas"; disciplinas que mesclam conceitos pedagógicos diversos e têm a inclusão como tópico secundário a ser trabalhado.

Executada a triagem, os dados foram transferidos para uma planilha e organizados de acordo com seu caráter funcional dentro do contexto do levantamento, a fim de gerar dados lógicos e organizados para que haja uma interpretação fluida e simples.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram constatados a partir da metodologia seguida cerca de 19 universidades que contam com o CLCB (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) atualmente ativo, distribuídos em 25 *campi* pelo território nordestino, como exemplifica a tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Tabela Unidades federativas, relação de IES e quantidade de *campi* com CLCB

Unidade federativa	Municípios	Sigla das UF's com CLCB	Quantidade de campi com CLCB
Alagoas	102	UFAL	2
Bahia	417	UFBA, UFOB e UFRB	3
Ceará	184	UFC, UFCA e UNILAB	3
Maranhão	217	UFMA	2
Paraíba	233	UFPB e UFCG	4
Pernambuco	184	UFPE e UFRPE	3
Piauí	224	UFPI e UFDPAr	5
Rio Grande do Norte	167	UFRN	1
Sergipe	75	UFS	2

Fonte: Autoral.

Sob essa conjuntura, foi consolidada também uma lista com o total de 35 disciplinas presentes nas grades curriculares em vigor desses 25 *campi*, até o seguinte período do estudo, e que passaram pelos critérios de inclusão e exclusão pré estabelecidos, evidenciando portanto o comprometimento da educação nacional para com o futuro profissional professor.

Todavia, 1 curso foi constatado como não tendo nenhuma disciplina que vise integrar o aluno da educação superior aos assuntos preparatório que o deixem cientes das demandas sociais que virão com o ser professor. Com isso, é importante salientar a baixa diversidade de eixos abordados nas próprias matrizes dos componentes, mostrados na tabela 2 logo abaixo:

Tabela 2: Relação das disciplinas ofertadas por *campus*, evidenciando o semestre de oferta e o ano de implementação do currículo atual

Unidade federativa	Instituição	<i>Campus</i>	Nome da disciplina	Semestre ofertado	Ano de implementação do currículo
Alagoas	UFAL	Arapiraca	Biologia e Educação de surdos	4	2018
Alagoas	UFAL	Arapiraca	Surdez, Educação e Saúde: Aspectos da Comunidade surda	5	2018
Alagoas	UFAL	Arapiraca	Surdez, Intervenção e saúde: Práticas de intervenção com surdos	6	2018
Alagoas	UFAL	Arapiraca	Educação Inclusiva	Optativa	2018
Alagoas	UFAL	Arapiraca	Transtornos Específicos de Aprendizagem	Optativa	2018
Alagoas	UFAL	Arapiraca	Dificuldades Específicas de Aprendizagem	Optativa	2018



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
 Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
 19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

Alagoas	UFAL	Maceió	LIBRAS	4	2019
Bahia	UFBA	Salvador	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	5	2023
Bahia	UFOB	Barreiras	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	6	2016
Bahia	UFRB	Cruz das Almas	-	-	-
Ceará	UFC	Pici	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	6	2024
Ceará	UFCA	Brejo Santo	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	6	2017
Ceará	UNILAB	Aurora	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	5	2018
Ceará	UNILAB	Aurora	Educação Inclusiva	Optativa	2018
Maranhão	UFMA	Chapadinha	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	6	2010
Maranhão	UFMA	São Luís	Língua Brasileira de Sinais	6	2013
Maranhão	UFMA	São Luís	Educação Especial	Optativa	2013
Paraíba	UFPB	Areia	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	5	2014
Paraíba	UFPB	Areia	Educação Especial	6	2014
Paraíba	UFPB	Areia	Educação e inclusão social	7	2014
Paraíba	UFCG	Cajazeiras	Língua Brasileira de Sinais	5	2012
Paraíba	UFCG	Patos	Língua Brasileira de Sinais	5	2012
Paraíba	UFCG	Cuité	Língua Brasileira de Sinais	5	2012
Pernambuco	UFPE	Recife	Fundamentos de Língua Brasileira de Sinais	6	2013
Pernambuco	UFPE	Vitória de Santo Antão	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	9	2012
Pernambuco	UFRPE	Recife	LIBRAS	10	2019

co					
Piauí	UFPI	Teresina	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	5	2019
Piauí	UFPI	Picos	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	3	2021
Piauí	UFPI	Floriano	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	6	2012
Piauí	UFPI	Bom Jesus	Políticas públicas e educação inclusiva	6	2012
Piauí	UFPI	Bom Jesus	LIBRAS	6	2012
Piauí	UFDPAr	Parnaíba	LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	8	2012
Rio Grande do Norte	UFRN	Natal	LIBRAS	5	2019
Sergipe	UFS	São Cristóvão	Língua Brasileira de Sinais - Libras	8	2024
Sergipe	UFS	Itabaiana	Língua Brasileira de Sinais	7	2020

Fonte: Autoral.

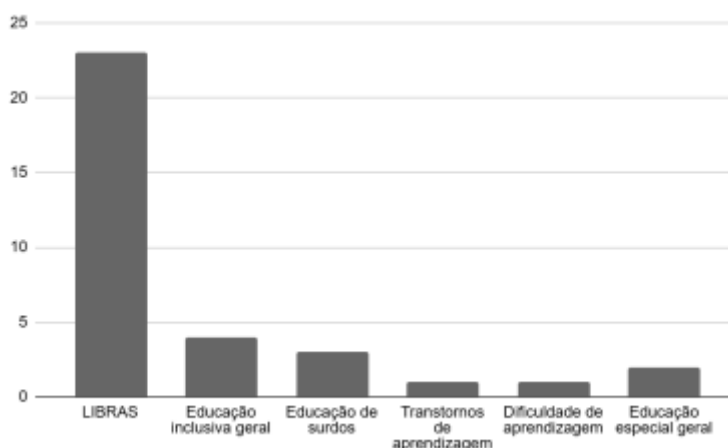
Diante do exposto, é perceptível a defasagem no âmbito da educação inclusiva no que diz respeito principalmente ao pressuposto de englobar todas as facetas educacionais menos favorecidas devido não só à falta de acessibilidade a um ensino que acolha as mais diversas nuances das necessidades sociais, segmentando e até mesmo hierarquizando as demandas comuns, julgando-as assim como tendo mais importância do que outras, mas em grande instância também pela ausência da execução do dever cidadão no papel de incluir o próximo, até mesmo na prática educacional, como verificado por Neto *et al.* (2018, p. 90).

É preciso que entendamos que o ato de incluir é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos

os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças (Neto, 2018, p. 90).

Esse fato é observado em maior perspectiva quando é analisado a discrepância na quantidade de currículos detentores de disciplinas que tratam da educação de surdos, em detrimento das demais áreas a serem trabalhadas dentro de sala de aula pelo docente do ensino superior e que serão absorvidas e replicadas individualmente na educação básica pelos discentes de ciências biológicas. Como apresenta o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Cunho das disciplinas inclusivas e sua quantidade em oferta nos currículos analisados



Fonte: Autoral.

Tal vicissitude resulta assim no despreparo no quesito humano em como lidar adequadamente com as demais demandas do professor que perpassam o conteúdo lecionado e envolvem diretamente o processo de pertencimento do aluno em sala e seu envolvimento no afazer discente, interferindo diretamente no seu processo de aprendizagem, reverberando assim em sua progressiva exclusão social outrora evitada por essas mesmas políticas de inclusão.

Ademais, o levantamento feito verificou dentre outros aspectos, o cumprimento do Decreto-lei nº 5.626 (2005), que torna obrigatório o ensino de disciplinas de LIBRAS no currículo de formação de professores na maioria das instituições ensino superior,



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

sendo essa a principal iniciativa de inclusão social para pessoas com deficiência, voltado à pessoa surda, relatada no trabalho executado. No entanto, é notório que a oferta dessa disciplina não significa necessariamente seu devido tratamento em sala de aula e presença no cotidiano discente, como fortificam Rocha-Oliveira, Dias e Siqueira (2019):

Assim, a disciplina LIBRAS deve fornecer aos alunos subsídios teóricos e práticos para o exercício da docência, mesmo sabendo que a carga horária da disciplina é irrisória para a aquisição de uma nova língua pelo licenciando. Isto é bem distinto de auxiliar os licenciandos a compreenderem a proposta da educação inclusiva, uma vez que envolveria várias competências além dos conhecimentos da língua (Rocha-Oliveira, Dias e Siqueira, 2019, p. 241).

Os autores acentuam com isso a importância da convivência com a língua para sua efetivação no vocabulário do aluno para sua melhor assimilação e, conseqüentemente, repasse para o aluno surdo. Porém, devido aos resultados apurados, o que foi evidenciado foi a oferta única de uma cadeira obrigatória de LIBRAS durante o curso completo, fato esse que culmina na superficialidade dos assuntos abordados e na banalização dessa disciplina.

Visto posto, é cabível citar o fato de que a tardia oferta desse componente curricular em específico acarreta na falta de domínio dos conteúdos por parte dos alunos que nunca tiveram um contato anterior com essa forma de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, é perceptível uma preocupação por parte das instituições federais de ensino sediantes dos cursos de formação de professores de biologia para a educação básica no que diz respeito à inclusão social dos alunos com necessidades especiais dessa modalidade escolar fundamental, fazendo-a possível através da implementação de currículos que abordem na graduação disciplinas voltadas à preparação do profissional para atender às demandas específicas do ambiente de trabalho.

Contudo, o estudo salientou também uma má formatação desses ditos currículos em âmbitos como diversidade de eixos sociais abordados dentro das ementas individuais de cada componente analisado, tendo em vista a prevalência de matérias exclusivas para o atendimento das solicitações da comunidade surda, como Língua Brasileira de Sinais e



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

a própria educação voltada a essa comunidade. Fato esse que contrasta com a baixa parcela dos planos que em sua maioria não tratam de assuntos como: Educação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou tratam sua minoria dos demais temas, como por exemplo: Transtornos de Dificuldade de Aprendizagem.

Essa conjuntura, no entanto, destacou igualmente a baixa oferta de disciplinas por curso, acentuando com isso a defasagem de fixação do conteúdo haja visto sua complexidade e necessidade de constante contato para fortalecer sua assimilação pelo aluno do ensino superior, como evidenciaram Rocha-Oliveira, Dias e Siqueira (2019). Outrossim, esse cenário é atenuado pela falta de materiais de respaldo científico e prático para o embasamento teórico e execução didático-prática que as instituições de ensino superior no Nordeste do Brasil têm sido acometidas desde a implementação da obrigatoriedade do ensino de LIBRAS. Como evidenciado por Iles *et al.* (2019) em seu manual ilustrado com termos cinéticos para as comunidades surdas no viés do ensino de biologia nas escolas:

Foi essa ausência de sinais nos termos de Ciências que nos chamou a atenção, pois é visível a dificuldade do profissional intérprete em repassar o conteúdo para o aluno surdo. Muitas vezes o intérprete tenta recorrer aos recursos visuais, como as imagens do livro didático, mas não obtém sucesso, dificultando mais ainda a aprendizagem do aluno surdo. (Iles *et al.*, 2019, p. 6).

Dessa forma, é necessário colocar em evidência a necessidade dos cursos e das IES pesquisadas, buscarem soluções para que o currículo possa ser modificado e as discussões serem retomadas de forma a oferecer um currículo mais fortalecido no que se refere à inclusão de mais disciplinas envolvendo a pauta inclusão e suas diversidades, pois como evidenciado, esse aspecto priva a real vivência das vicissitudes encontradas na sala de aula pelo professor de biologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.



IX ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA - NORDESTE
"EDUCAÇÕES E BIOLOGIAS: pluralidade de abordagens e interseção dos espaços educativos"
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
19, 20, 21 e 22 de Março de 2025

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Portal da Câmara dos Deputados: edição federal, Brasília, 1996.

DE OLIVEIRA ROCHA, A. B. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaio Pedagógicos**, v.7, n.2, p. 1-11, 2017.

FAGUNDES, J. A.; GONZALEZ, C. E. F. **Herbário escolar: suas contribuições ao estudo da Botânica no Ensino Médio**. 2006. Dissertação (Mestrado) Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. 2006.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

ILES, B. *et al.* **Manual de Libras para Ciências: A Célula e o Corpo Humano**. Teresina: EDUFPI, 2019.

NETO, A. O. S. *et al.*; Educação Inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

ROCHA-OLIVEIRA, R.; DIAS, V. B.; SIQUEIRA, M. Formação de Professores de Biologia e Educação Inclusiva: Índícios do Projeto Acadêmico Curricular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], v. 19, p. 225–250, 2019.